

O SARGENTO

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE SARGENTOS
Director: Álvaro Martins • 0,75 € • Ano X • Julho/Agosto 2009 • Nº 72



Câmara de Almada homenageia acto de bravura

Pág. 3



**20.º Aniversário
da ANS**

Págs. centrais

**Balanço
da Legislatura**

Págs. 5

**Congresso
dos Combatentes**

Última Pág

O Governo presidido pelo Eng. José Sócrates foi, ao longo do pesadelo que constituiu o seu mandato, o campeão da propaganda. Usou e abusou dela, procurando por um lado, vender como coisa boa o que de todo era mau para os portugueses, por outro lado anunciou e antecipou medidas para com isso controlar o calendário e a necessária discussão na sociedade.

Um dos fóruns mais utilizados foi a Assembleia da República, nos famosos e mediáticos debates quinzenais. Ao longo dos quatro anos e meio da legislatura, nestes debates apresentou sempre quatro ou cinco medidas inovadoras e "fresquinhas", procurando deste modo, e conseguindo-o quase sempre, furtar-se às perguntas que lhe eram colocadas pelos deputados da oposição.

A estratégia (ou estratagemas – parece-nos mais adequado este termo, tendo em conta o valor que tem, para nós militares, a estratégia) parecia perfeita, mas como tudo na vida, o que é em demasia torna-se num defeito que acaba por prejudicar os autores, esta não será excepção. Façamos umas contas simples que ajudam a entender a grandeza do excesso: o ano tem 52 semanas, logo 104 quinzenas. Em cada debate quinzenal o primeiro-ministro anunciou em média 4 ou 5 medidas, o que totaliza cerca de 500 medidas novas ou, no

Propaganda e eufemismos

total da legislatura, mais de 2000 medidas!

O País e os portugueses estão, como é sabido, numa situação deveras complicada em que ninguém de bom senso se atreve a opinar quando e como se sairá dessa situação, o que significa que as tais 2000 medidas ou não foram aplicadas ou, se o foram, nada resolveram senão mesmo complicaram o que já de si era complicado.

Mas como se não bastassem as promessas que foram debitadas e enxurradas ao longo da legislatura, eis que somos confrontados com mais um

conjunto delas em verdadeira disrupção através do programa eleitoral apresentado pelo PS para as próximas eleições.

Esta nova catadupa de promessas é agora acompanhada por um conjunto de eufemismos – lançados, aliás, após os resultados das últimas eleições para o parlamento europeu – quer através de responsáveis políticos do PS, quer pelos "fazedores de opinião" na comunicação social. Salientemos alguns destes eufemismos: governabilidade, ataque à crise, modernização, internacionalização das empresas, competitividade, chamar de objectivos ao que anteriormente foram promessas, enfim... e mais uns quantos de que agora não nos recordamos!

"Eufemismo" é uma palavra ou expressão que visa suavizar um facto gravoso ou funesto, por isso denunciemos estes que visam suavizar e por tal forma levar ao engano os cidadãos que a 27 de Setembro têm por dever eleger um novo parlamento para os próximos quatro anos.

Não nos deixemos enganar, nem com propaganda nem com eufemismos, nem por sorrisos de ocasião que logo que recebido o voto se transformam em agressões.

O futuro de nós depende, se soubermos interpretar e ter presente o passado recente! ▲

Com enorme pesar

A notícia caiu seca e gélida, de sopetão – a Doutora Helena Bruto da Costa tinha falecido no dia 20 de Julho. Naquele momento não queria acreditar, como assim? Já tinham passado alguns dias e nenhum de nós tinha tido conhecimento.

Passado aquele momento de incredulidade, começo a refazer-me do impacto da notícia e percorro-me o pensamento alguns momentos marcantes da criação da nossa ANS que partilhámos com a Dra. Helena: O primeiro contacto que com ela tivemos em 1989, quando três jovens Sargentos se lhe dirigiram contando ao que iam – pretendiam, na sequência do 1º Encontro Nacional de Sargentos, criar uma Associação representativa e para tal necessitavam de apoio

jurídico para o futuro, mas principalmente de um projecto de Estatuto que nos permitisse a legalização dessa estrutura representativa.

Depois duma larga conversa sobre as Forças Armadas e as dificuldades que iríamos ter de enfrentar, a nossa determinação, coragem e idealismo convenceram a Dra. Helena a aceitar o desafio. Abraçando-o de tal forma que mais parecia um de nós.

Num período relativamente curto apresentou-nos o projecto daquilo que ainda hoje são os Estatutos da ANS. Estatutos simples mas eficazes, feitos com grande clareza e sabedoria que permitiram não só a legalização da ANS, como pouco tempo depois permitiram derrotar a tentativa de ilegalização interposta pelo MDN

junto da Procuradoria-Geral da República. Estatutos que carinhosamente apelidámos de OBRA DE ARTE do Direito Administrativo.

Naquele ano de 1990 quando sobre os dirigentes associativos se abateu a primeira vaga repressiva, sempre podemos contar com a sua disponibilidade, saber e entusiasmo na defesa desses mesmos dirigentes, mas fundamentalmente deste projecto associativo.

A esta MULHER os Sargentos de Portugal muito ficaram a dever, inclusive uma enorme admiração e amizade que permaneceu mesmo quando por razões de saúde deixou de advogar.

Estamos e estaremos sempre gratos. Até Sempre Dra. Helena!

Álvaro Martins ▲



No dia 30 de Maio, a Câmara Municipal de Almada, na pessoa da sua presidente, conjuntamente, com a Comissão do Monumento, inaugurou, no Centro Cívico do Feijó, o Monumento ao Marinheiro Insubmisso.

Estiveram também presentes o presidente da Assembleia Municipal, alguns vereadores, o presidente da Junta de Freguesia do Feijó, o Comandante Seabra de Melo, em representação do Almirante CEMA, o Almirante Martins Guerreiro, Aurélio dos Santos, da URAP, e muitos militares e suas famílias. Presente também o Comendador José Barata Júnior, Sargento-Ajudante na situação de Reforma, o último participante, ainda vivo, da Revolta de 8 de Setembro de 1936.

A cerimónia contou com a participação da Banda da Armada que, mesmo sob um sol abrasador, nos brindou com várias números de rara e grande beleza.

O Sargento-Mor Manuel Custódio, em nome da Comissão, salientou que a Revolta dos Marinheiros de 8 de Setembro de 1936 foi um acto heróico, de transcendente coragem, contra a injustiça, pelos ideais da liberdade e solidariedade para com os seus camaradas expulsos da Marinha, merecendo por isso, o respeito de todos os marinheiros e democratas.

Informou depois que a comissão vai editar o livro **"A Revolta dos Marinheiros de 1936"**, da jornalista Gisela de Oliveira, que descreve com verdade essa acção de transcendente coragem contra Salazar, onde se desmascara as mentiras que o ditador e seu regime, difundiram sobre os objectivos desses jovens marinheiros, repondo assim, a verdade histórica que perpetuará em letra de forma, esse feito heróico.

O Cabo da Armada, Luís Reis, presidente da Associação de Praças da Armada, salientou a importância do acto, da coragem destes jovens marinheiros, muitos com 18 anos ainda e a sua contribuição para a denúncia do fascismo e para a conquista da liberdade na madrugada do 25 de Abril de 1974.

Terminou reafirmando que vale a pena lutar, manifestando a confiança que os marinheiros de hoje saberão encontrar; neste exemplo tão elevado de solidariedade, de coragem e determinação, ensinamentos para continuar a luta pelos ideais da solidariedade, da democracia, da justiça e da liberdade, tão caros aos marinheiros da revolta do 8 de Setembro de 1936.

Aurélio dos Santos, em nome da União dos Resistentes Antifascistas (URAP), além de referir a importância que essa revolta teve na denúncia do regime de Salazar, chamou a atenção dos presentes para o quadro negro que se vivia nessa altura, com Hitler, Mussolini, Salazar e outros ditadores a dominarem os seus povos com uma



Monumento ao Marinheiro Insubmisso



repressão atroz, afim de poder-se compreender bem a coragem e a importância de tal acto levado a efeito por esses jovens marinheiros.

José Barata emocionado, com os seus quase 93 anos de idade, mas ainda com transparente lucidez, disse com a determinação que o caracteriza, que a inauguração do monumento ao Marinheiro Insubmisso é uma justa homenagem a esses jovens marinheiros e irá perpetuar a memória do seu acto heróico na defesa da justiça, da solidariedade e da liberdade.

Jovens acusados por Salazar de traição à Pátria, vieram depois com a Revolução de Abril, no regime Democrático, a ser condecorados com a Comenda da Ordem da Liberdade pelo Presidente da República.

Por fim a presidente da Câmara Municipal de Almada, agradecendo a presença de todos na inauguração do monumento do escultor Rui Matos, manifestou a sua satisfação por se ter cumprido a proposta de erguer o monumento ao Marinheiro Insubmisso.

É um orgulho, a cidade de Almada, ter sido escolhida para nela se erguer um monumento à memória dos Marinheiros da Revolta do 8 de Setembro de 1936 e que tão bem fica, nesta Freguesia do Feijó, terra de marinheiros.

Almada, é terra de liberdade e, por isso, a sua câmara estará sempre solidária a tais manifestações de justiça e solidariedade.

Honra à memória desses jovens marinheiros!

Manuel Custódio ▲

Ideias e Acções

Queria versar aqui unicamente a problemática da "CARREIRA" na sua vertente das promoções, com toda a frontalidade.

Em primeiro lugar, gostaria de dar os parabéns a todos os Sargentos de Portugal pelos 20 anos da ANS e também acentuar aqui uma palavra de muito apreço a todos os dirigentes que a ANS teve até ao momento, com especial relevo para esta Direcção, em virtude de estar a contribuir decididamente para um futuro melhor de todos os Sargentos. Um bem-haja.

Em segundo lugar, agradecer aos ilustres convidados por estarem presentes, para poderem ouvir as nossas preocupações e à ANS por os ter convidado.

Por último dar os parabéns a todos os presentes neste auditório pela sua persistência, perseverança e ainda esperança num futuro melhor.

Queria versar aqui unicamente a problemática da "CARREIRA" na sua vertente das promoções, com toda a frontalidade.

Há cerca de 3 ou 4 anos a esta parte, as promoções existentes na "Carreira" dos Sargentos, tem ultrapassado a barreira da vergonha, pelo menos no que ao Exército diz respeito. Os números são sobejamente conhecidos de todos, contudo quero vincar aqui que, para este ano a saga vai continuar. Estamos em Junho e ainda não foi promovido um único Sargento do Exército.

Ao que sei, dizem que está para estudo uma proposta de poucas promoções. Será que é necessário tantos estudos somente para promoverem uma dúzia de Sargentos? No entanto, ao que parece, com bem menos estudos, já foram promovidos 8 COR, 29 TCOR e 32 MAJ.

Não consigo entender que sendo os Sargentos do Exército sensivelmente o dobro que os Oficiais, nós sejamos abrangidos com sensivelmente metade das promoções dos Oficiais.

Desculpem-me este termo de comparação que faço com a classe dos Oficiais, mas é que a evidência é tanta que não consigo abstrair-me dela.

Há umas semanas atrás um camarada Sargento em resposta a um Sr Oficial que, numa entrevista a um jornal dizia que a nossa carreira era "aliciante", ele contrapunha que a continuar este volume de promoções na categoria de Sargentos, ficaria em SAj, pois demoraria cerca de 18 anos a ser promovido ao posto imediato.

Se me permitem ainda continuar a versar este tema com toda a frontalidade, chegaria mais longe, ao ponto de afirmar que neste momento, já não temos "CARREIRA".

Porquê? Perguntam vocês. Vejam então se concordam:

- Há 1SAR com 14 anos de posto;
- Há SAj com 14 anos de posto;
- Há SAj com 15 anos de posto que passaram à reserva compulsiva há

cerca de um ano.

Se para o ano cá estivermos acrescentarei:

- Há 1SAR com 15 anos de posto;
- Há SAj com 15 anos de posto que passaram à reserva compulsiva há cerca de 1 ano.
- Há SAj com 16 anos de posto que passaram à reserva compulsiva há cerca de 2 anos.
- Daqui a 2 anos acrescentarei ainda:
 - Há 1SAR com 16 anos de posto;
 - Há SAj com 16 anos de posto que passaram à reserva compulsiva há cerca de 1 ano.
 - Há SAj com 17 anos de posto que passaram à reserva compulsiva há cerca de 2 anos.
 - Há SAj com 18 anos de posto que passaram à reserva compulsiva há cerca de 3 anos.

Por aí adiante, etc, etc, etc.

Quero, com isto evidenciar o caos instalado e o abandono total a que estamos sujeitos por parte dos nossos chefes. Todos sabem, todos vêm, mas ninguém é capaz de tomar uma posição no sentido de se encontrar uma solução. O meu receio é que o balão rebente antes de se tomar consciência que esta problemática é grave. Depois com um pouco de jeito, como sempre acontece nestas alturas, ainda iremos ser nós a carregar com as culpas, como se não bastasse carregar tantos anos com a mesma cruz.

Quero dar, se mo permitem, um pequeno exemplo que considero elucidar muito bem toda esta conjectura:

Na arma de Infantaria existe um universo em apreciação de 183 SAj. Em 2010 neste mesmo universo vão entrar mais 22SAj. Eventualmente haverá 7ou 8 promoções, isto tendo em conta números dos anos anteriores. Assim para o próximo ano o universo aumentará para 198 SAj. Este aumento tem acontecido sucessivamente de ano para ano. Atenção que nos restantes universos (Amas e SVç) tem acontecido o mesmo como é óbvio.

Verifica-se também que os critérios de distribuição das poucas promoções existentes, principalmente no posto de SAj e SCH são no mínimo pouco compreensíveis. Existem universos (Armas e SVç) com maior dimensão em termos de quantidade de militares que, quando da atribuição das promoções não são contemplados como tal. Gostaria de sentir uma maior acuidade na distribuição das poucas promoções que ainda vão existindo na Classe de Sargentos.

Estas palavras leva-as o vento como tantas outras que já foram ditas e como tal devemos debruçar-nos nas acções e decisões a tomar para que o balão não estoure.



Propunha o que toda a gente também está farta de saber e está farta de ver:

1 - Que o RAMME fosse alterado no que à antiguidade diz respeito, para que não parasse nos 20,00 valores, como acontece em outras profissões. Assim as assimetrias existentes eram drasticamente rebatidas e dificilmente haveria passagens à reserva compulsiva.

2 - Que houvesse mais factores de avaliação para que o rigor avaliativo fosse maior. Não concebo que num sistema de avaliação como o nosso, que possui um carácter subjectivo muito forte, lhe tivessem retirado parâmetros carregados de forte rigor objectivo como a educação física, que ainda por cima faz parte da condição de ser militar.

Penso que estas duas situações poderão ser mais consensuais relativamente a outras que decididamente também não estão bem (falo do EMFAR com é óbvio).

Não posso também deixar de falar sobre a passagem à reserva compulsiva que está directamente ligada às promoções ou melhor à falta delas. Considero ser a situação mais aberrante que conheço. Concordo plenamente que nem todos poderão ser SMOR, agora castrar um militar ao ponto de lhe retirar mais um direito consignado no EMFAR isso meus senhores tenho grande dificuldade em entender.

"CASTRAR". Disse sim, disse e repito "CASTRAR". Então não consideram que este processo de passagem à reserva compulsiva é castrador não só do direito a ascender na categoria, como também é castrador de factores de índole subjectiva de que é feito o homem e o militar. Como se sentirão, como se encontrará a sua auto estima, a sua postura, o seu rendimento, como é que os superiores e os inferiores hierárquicos olharão para eles? Etc., etc.

Sou sincero que me apetecia fazer mais um termo de comparação. Des-

culpem-me mas não o farei por um questão de respeito.

Não seria mais fácil manter a esperança de ascender na Carreira? Se não se fosse promovido mais cedo poderia ser eventualmente mais tarde ou eventualmente nunca quem sabe. Mas castrar essa possibilidade também não é entendível.

Agora que todos os presentes ouviram uma vez mais aquilo que já sabiam sobre a problemática das promoções é altura de agir, de fazer algo mais. Mas o que? Nós sozinhos, ou seja cada um de nós isoladamente, a lado nenhum chegaremos. É aqui que gostaria que a Associação tomasse uma posição. Vejo uma grande oportunidade de apaziguar algum "divórcio" que tem havido entre a Associação e os Sargentos. Não se esqueçam que num qualquer divórcio a culpa não é só de uma das partes. O que é discutível é qual das partes tem uma fatia maior nas culpas.

Consideram útil, redigir-se uma exposição a alertar e a descrever inteiramente a problemática das promoções, para que cada um de nós a assine e a faça chegar através do seu canal de Comando ao respectivo CEME? Pelo que sinto no pulsar dos Sargentos parece-me que poderia ter bastante impacto.

Outras formas haverá, como tal deixo à consideração da ANS e de todos os presentes.

Quero terminar, desejando que algo seja feito e não esqueçam que "A FORÇA DO LOBO ESTÁ NA ALCA-TEIA".

Viva os Sargentos de Portugal.

Viva a ANS

Viva Portugal.

SarAj. Vítor Chaves

Intervenção na sessão comemorativa do 20.º aniversário da ANS, no Porto ▲

Balanço da Legislatura

Esta legislatura, no que aos militares diz respeito, caracterizou-se pelo ataque mais violento, que alguma vez foi concebido, aos nossos direitos.

O Governo do Partido Socialista, apoiado na maioria absoluta que detém na Assembleia da República, encetou um conjunto de reformas nas Forças Armadas com a justificação do controle das contas públicas – o famigerado défice – que tiveram como denominador comum fazer regredir os parques diretos que os militares tinham como compensações dos vastos deveres, obrigações e restrição de direitos fundamentais inerentes à própria condição militar, deveres e restrições que sempre aceitámos e nunca pusemos em causa.

Este ataque iniciou-se em 2005 com a indignidade da teoria do ataque aos privilégios dos militares, procurando colocar os restantes cidadãos contra nós, como fizeram, aliás, com os agentes e trabalhadores dos restantes sectores do Estado: magistrados; médicos; professores; forças e serviços de segurança e restante funcionalismo público.

Para não sermos fastidiosos, iremos elencar alguns dos aspectos mais relevantes deste ignominioso ataque:

■ Congelamento da contagem de tempo de serviço para efeitos de progressão nos escalões remuneratórios,

até 31 de Dezembro de 2007;

■ Aumentos salariais abaixo da inflação prevista (excepção ocorrida em 2009 – é um ano com três actos eleitorais);

■ Fusão das ADM's numa só, feita sem cuidar que esta estivesse em condições funcionais, com as consequências que todos nós conhecemos;

■ Degradação e diminuição das comparticipações nos medicamentos e actos médicos, fazendo os militares pagar muito mais pela sua saúde, com grave incidência nos militares reformados;

■ O estrangulamento dos fluxos de promoção, essencialmente na categoria de Sargento;

■ Alteração aos regimes de Reserva e Reforma com evidentes prejuízos no futuro, para os militares mais jovens que verão os seus rendimentos pecuniários serem reduzidos para cerca de metade, no dia em que transitarem para a situação de Reforma;

■ Alteração das leis que permitiam o acesso aos tribunais pelos militares, como por exemplo o uso da figura jurídica da Providência Cautelar;

■ A insultuosa alteração ao RDM, passando a tratar os militares como se de criminosos se tratem, com a cumplicidade parlamentar do PSD e do CDS-PP;

■ A aprovação do Regulamento do Dirigente Associativo, mais parecido

com um código disciplinar, visando a tentativa de controlar o funcionamento das APM's;

■ A perseguição disciplinar aos dirigentes e activistas associativos que ousaram resistir e denunciar estas tropelias.

Mas como se não bastasse, em fim de mandato e em pleno período estival e consequentemente de férias, pretende e prepara-se para aprovar um conjunto de diplomas – Quadros Orgânicos, Carreiras Militares, Sistema Retributivo e Suplementos Remuneratórios – os quais não nos podem deixar descansados mesmo estando no gozo de merecidas e necessárias férias.

Sendo verdade que este Governo herdou, nesta área, uma situação inquinada por vários e graves problemas, também o é o facto de não ter resolvido nenhum deles, antes, com as suas políticas ter agravado muitos dos problemas existentes e ter criado outros de não menor gravidade.

As palavras bonitas que lhes saem boca fora em ocasiões propícias a tal, não podem esconder, nem tão pouco fazer-nos esquecer o quanto fomos mal tratados nestes últimos quatro anos.

Esperemos que os militares não sofram do "Síndrome da Memória Curta" e não se deixem embalar pelo "Canto da Sereia" (propaganda) para que este pesadelo de ignomínia termine em finais de Setembro. ▲



Marinha lesa militares

O Conselho Administrativo da Administração Central de Marinha não está a cumprir com as suas obrigações para com uma parte dos militares da qual dependem os abonos dos seus vencimentos, declarou a "O Sargento" Álvaro Martins, responsável da ANS pelo acompanhamento desta área sócio-profissional.

Desafiado a pormenorizar a afirmação, este responsável acrescentou que os prejuízos criados aos militares da Marinha acontecem em **três áreas** distintas, a saber: *Complemento de Pensão de Reforma; Retenção na Fonte do IRS, para os militares na situação de Reforma mas ainda a receber pela Marinha; Pagamento do Impulso de cinco pontos indiciários aos Sargentos-Ajudantes que progrediram para o Segundo-escalão da sua escala indiciária.*

Complemento de Pensão de Reforma: A Marinha não pagou, até ao presente mês, aos seus militares reformados este complemento, conforme determina a Lei n.º 34/2008, de 23 de Julho. Como estamos a falar de um valor mensal que, nalguns casos, ultrapassa os cem euros mensais e como esta dívida se reporta a Janeiro de 2009, fácil é de perceber a dificuldade que este incumprimento está a criar a estes camaradas, salientou Álvaro Martins, que adiantou ser grave que aquele Conselho Administrativo não dê respostas claras e plausíveis aos militares que directamente ali se dirigem para saber do porquê deste não pagamento, e que junto do Estado-Maior da Armada tenham obtido o silêncio, todos os que se têm dirigido através de exposição/requerimento.

Situação análoga quanto ao incumprimento desta lei ocorre também no **Exército** e, em abono da verdade importa dizer que a Força Aérea cumpre escrupulosamente com este pagamento, salientou o responsável da ANS.

Retenção na Fonte do IRS: Os militares reformados que ainda recebem a sua pensão de reforma através da Marinha, foram confrontados no mês de Julho com uma taxa de IRS não concordante com o valor da sua pensão, por exemplo, esclarece Álvaro Martins, à pensão de um militar cuja taxa é de 10% foi aplicada uma taxa de 22%, e adianta a explicação, consideraram como se fosse a sua pensão mensal a soma do valor da pensão com o valor do 14.º mês (vulgarmente conhecido como subsídio de férias), o que provocou um prejuízo na ordem dos quinhentos euros a alguns destes militares.

Para Álvaro Martins, o erro é incompreensível, não o solucionar rapidamente será grave pois a maior parte de nós, prepara ou programa o pagamento das suas despesas fixas precisamente nos meses em que recebemos o 13.º e o 14.º mês. Como é evidente, um corte desta dimensão traz contratempos escusados, que não podemos deixar de lamentar. ▲



Família e Serviço

"Mas temos que ter outras políticas, nomeadamente aquelas que procurem conciliar aquilo que são exigências da família com exigências das Forças Armadas"

Ministro da Defesa Nacional, Nuno Severiano Teixeira, Dia da Defesa Nacional, 8 de Março de 2009

Sobretudo desde a admissão de militares do sexo feminino nas Forças Armadas Portuguesas, novas problemáticas têm surgido em volta do núcleo familiar.

A formação de casais de militares, ambos no serviço activo, tem originado situações de difícil resolução, numa tentativa de conciliar a permanente disponibilidade exigida e a normal e saudável ambição profissional, com o imperativo dos cuidados a prestar, por exemplo, a filhos menores.

Embarques, nomeação para missões ou exercícios prolongados, destacamentos e transferências para unidades longe das respectivas residências, serviços de 24 horas, são situações normais na vida dos militares. Por outro lado, é óbvio que, um casal de militares, com filhos menores, que não tenha familiares que se disponibilizem, vai deparar-se com um problema complicado, caso uma das situações referidas aconteça a ambos simultaneamente. Verifica-se um quadro similar para uma militar que engravide: esta não poderá realizar todo o tipo de tarefas. Presume-se, igualmente, alvo de particular atenção o fenómeno das famílias monoparentais com filhos menores, as quais requerem um tratamento diferenciado.

Dirá o senso comum que, apesar do vazio legislativo na matéria, os chefes de serviço deverão ter alguma sensibilidade e bom senso na resolução de



questões tão sensíveis.

Infelizmente diz-nos a prática que a realidade é bem diversa. Paradigma disto é o facto da promulgação do novo RDM, uma peça legislativa que promove o autoritarismo e a prepotência como factores implementadores da disciplina.

Excepção a este vazio legislativo é o Despacho do Chefe do Estado-Maior da Armada, nº 54/05, de 12 de Agosto, que estabelece Medidas de Protecção da Maternidade e Paternidade dos Militares da Marinha, e que, a ser cumprido é uma das medidas mais avançadas na matéria, a nível da Europa.

Sendo membro de uma associação Europeia de associações e sindicatos de militares, a EUROMIL, a ANS pro-

curou, junto das suas congéneres, informações a respeito das realidades nacionais, nos diversos países Europeus, no que diz respeito à Protecção à Família, no seio das respectivas Forças Armadas. Das respostas colhidas, concluímos que o único país onde se começam a dar passos sérios neste sentido é a Holanda.

Decorrem neste momento negociações entre o Ministério da Defesa Holandês, e as AFMP/FNV e MARVER/FNV, para a produção de legislação sobre estas questões. Contudo, já foram implementadas medidas, em acordo directo com os Comandantes Operacionais, nestes moldes:

1. Em caso algum uma militar grávida será nomeada para embarques ou

missões no exterior.

2. O mesmo se aplica a mulheres com filhos até 4 anos de idade, ou a homens, com famílias monoparentais, que tenham a seu cargo crianças até 4 anos de idade.

3. Casais de militares não serão nomeados, em simultâneo, ou sequencialmente, para embarques ou missões no exterior, excepto, a pedido. Em complemento, casais de militares não serão colocados, em simultâneo ou sequencialmente, em Unidades prestes a embarcar ou a sair em missão excepto, a pedido.

Noutros países, como a Bélgica, Itália, Dinamarca, Irlanda, etc., estes problemas também existem, mas são resolvidos a nível dos serviços, normalmente conseguindo atingir o cumprimento da Missão e a protecção dos interesses dos familiares envolvidos.

Em Malta, onde já existem militares do sexo feminino há mais de 20 anos, todas as situações de protecção familiar estão previstas e salvaguardadas na Lei.

Em Portugal torna-se premente conformar a atitude humanista da Marinha pelos restantes Ramos. Legislando sobre esta matéria salvaguardam-se a Missão, os militares e os familiares directamente afectados.

A dimensão e gravidade do assunto merecem-no; os militares que servem nas Forças Armadas Portuguesas merecem-no; e a resolução não pode estar dependente de "boas vontades" ou humores.

A Associação Nacional de Sargentos espera que as palavras do Sr. Ministro da Defesa, que abrem esta peça, sejam consubstanciadas em peças legislativas conformes.

Paulo Contreiras

Secretário da Direcção da ANS ▲

A deterioração das pensões de reforma dos militares põe em perigo a Defesa

Mais uma vez o esquema de pensões de reforma dos militares encontra-se a ser revisto.

A aplicação do coeficiente de esperança média de vida, às pensões de reforma de militares que beneficiaram da legislação de 2005, está a prejudicar o objectivo original da mesma: providenciar uma reserva profissional de tropas para tempo de guerra.

O coeficiente de esperança média de vida está a ser aplicado, de forma encoberta, às pensões de reforma dos militares, tendo como base argumentos de política de Segurança Social, ignorando intencionalmente a política de Defesa que constituiu a base original da concepção das pensões.

A Comissão Parlamentar de Defesa segue atentamente as reformas dos militares desde 1992, e, a propósito, declarou:

"O esquema de pensões de reforma dos militares é parte crucial e integral da prontidão operacional. Com este esquema de pensões, conseguimos manter uma reserva de tropas para tempo de guerra, complementando assim

o escasso número de efectivos em serviço activo, mantendo, ao mesmo tempo, um escalão etário diversificado. Do ponto de vista das Forças de Defesa, o desafio crucial é regular a distribuição etária, a força e a qualidade das mesmas, face às necessidades do sistema."

O esquema agora proposto pelo Ministro das Finanças, tornando a idade de reforma mais flexível, ou seja, obrigando os militares a compensar os efeitos de uma esperança de vida supostamente mais elevada adiando a respectiva passagem à situação de reforma, na prática arruinará o esquema das suas pensões. Foi calculado que os jovens militares, agora ao serviço, receberão no futuro uma pensão que será cerca de 50% dos valores actuais, se o factor "esperança média de vida" for levado em conta. Isto apenas poderá ser atenuado, em cerca de 10%, se o militar se prestar a mais cinco anos de serviço, adiando a sua reforma para os 60 anos de idade.

O esquema de pensões de reforma dos militares já foi enfraquecido, aquando da reforma legislativa de 1995, quando foram

acrescentados sete anos à idade de reforma. Ao mesmo tempo, foram também cortados seis pontos percentuais ao valor máximo da reforma.

Ainda nos encontramos numa fase de transição após estas medidas, e ainda não conhecemos plenamente os efeitos a longo prazo, destas medidas, na nossa estrutura de defesa, e nos valores finais de pensões de reforma. Contudo, torna-se óbvio que muito menos militares poderão ser chamados de volta ao serviço, em caso de guerra, o que se torna particularmente perturbador considerando o crescente nível técnico exigido às tropas profissionais que, só por si, já obriga a um maior efectivo. Ao mesmo tempo, esta Reforma legislativa também cortou salários e a própria progressão na carreira, o que, novamente, vai levar a pensões de reforma mais reduzidas.

O esquema particular de pensões de reforma dos militares é parte integrante da estrutura de Defesa.

Ambas as reformas levadas a cabo, e outras ainda em projecto, prejudicam, as-

sim, a Defesa do nosso País.

A pensão de reforma é também, inegavelmente, uma recompensa por serviços prestados. Se a esperança média de vida passar a ser levada em consideração nas pensões de reforma dos militares, então que seja na forma do cálculo da pensão de reforma, mas sem afectar a idade de passagem à reforma. De outra forma, a diminuição de benefícios terá que ser ajustada por aumentos salariais e melhor progressão na carreira.

É óbvio que um corte injustificado das pensões de reforma, tornará as mesmas alvo preferencial das negociações conduzidas pelas organizações laborais de militares.

Desejo-vos um Verão cheio de Sol.

Annti Kuivalainen

Presidente da Associação de Oficiais Técnicos da Finlândia – Paallystolitto

Nota da redacção: qualquer semelhança com outra realidade conhecida pode não ser mera coincidência. ▲

Expectativas goradas!

A ANS foi convocada para uma reunião, no passado dia 27 de Julho, com o Dr. Alberto Coelho, director-geral de Pessoal e Recrutamento de Pessoal do MDN, para tomarmos conhecimento e nos pronunciarmos acerca da revisão dos quadros orgânicos aprovada em Conselho de Ministros, onde se anuncia a redução de 1300 militares dos Quadros Permanentes.

Sáímos como entrámos: sem conhecer o documento ou proposta de documento em apreço!

A Direcção da ANS, tal como as restantes associações profissionais de militares, foi convocada para uma reunião, no passado dia 27 de Julho, com o Dr. Alberto Coelho, director-geral de Pessoal e Recrutamento de Pessoal do MDN, para tomarmos conhecimento e nos pronunciarmos acerca da revisão dos quadros orgânicos aprovada em Conselho de Ministros, onde se anuncia a redução de 1300 militares dos Quadros Permanentes.

"Saímos como entrámos: sem conhecer o documento ou proposta de documento em apreço!"

De facto desta feita houve uma inovação negativa relativamente à prática deste Governo: após a reunião permanecemos sem conhecer qualquer proposta concreta", avançou a ANS em comunicado.

No mesmo comunicado a ANS afirma ter reiterado os princípios que desde há muito vem defendendo em matéria de quadros orgânicos, e das carreiras profissionais e retributiva: "As alterações relativas a esta problemática não devem ocorrer sem previamente se resolverem os actuais problemas existentes, de modo a que as soluções encontradas não venham a ser inquinadas logo à partida pela pesada herança dos velhos problemas."

E acrescenta no mesmo comunicado: "As soluções encontradas deverão ser de forma integrada, tendo em vista garantir a operacionalidade e o cumprimento das missões das Forças Armadas, adequando os quadros orgânicos e os conteúdos funcionais com o dispositivo de forças de defesa nacional, o desenho de carreiras profissionais e retributivas, a formação, especialização e qualificação dos militares – alterar uma destas vertentes de forma desintegrada, equivale a não resolver os problemas existentes e a comprometer e complicar as soluções necessárias e urgentes."

"Não aceitamos que se tenham criado expectativas a milhares de homens e mulheres, chamados a morrer se necessário e, agora, por qualquer atitude de oportunidade se entenda cortar-lhes as pernas, não aceitamos isso", afirmou o presidente da Associação Nacional de Sargentos, António Lima Coelho, em declarações à Lusa no final da reunião com o director-geral de Pessoal e Recrutamento Militar.

Segundo António Lima Coelho, a



reunião foi convocada pela Direcção-geral de Pessoal, para falar sobre a "suposta reestruturação dos efectivos das Forças Armadas em termos de quadro permanente".

Contudo, acrescentou, trata-se de um documento que a Associação ainda não conhece, nem mesmo hoje foi disponibilizado.

Desta forma, ficou acordado que, assim que o ministro da Defesa disponibilize os diplomas que foram aprovados em Conselho de Ministros, a Associação voltará ao Ministério para se pronunciar sobre "uma matéria que é de grande sensibilidade", adiantou o presidente da Associação Nacional de Sargentos.

Interrogado sobre as matérias que já foram tomadas públicas acerca dos

diplomas, nomeadamente a redução de 1.300 militares no quadro das Forças Armadas, António Lima Coelho, insistiu que se trata de "algo que a Associação não conhece", mas admitiu recusar qualquer alteração à situação dos que actualmente servem nas Forças Armadas.

"Não posso dizer que aceito ou rejeito algo que não conheço, não sei qual é o universo, não sei a quem é que se aplica, não sei em que termos se aplica e a partir de quando", disse, recusando-se a colocar a hipótese de essa decisão se aplicar aos que já estão nas Forças Armadas.

"Isso era frustrar expectativas a um universo de cidadãos que em determinado momento das suas vidas foram chamados a morrer pela pátria se ne-

cessário, nem quero acreditar que nesta altura se lhes queira cortar as pernas", sublinhou.

Quanto à possibilidade dessa redução se aplicar apenas ao futuro, aos "universos que têm de vir", António Lima Coelho garantiu que a Associação está aberta à discussão, "sabendo em que circunstâncias e em que condições é que isso vai ser feito".

Além disso, continuou, as alterações defendeu que devem ficar "claras e muito bem expressas" para não originar dúvidas que anteriores diplomas originaram.

"Continuamos disponíveis para discutir e analisar os diplomas, assim nós saibamos do que estamos a tratar", enfatizou. ▲

20.º Aniversário da ANS

20 anos a Servir as Forças Armadas e os Sargentos de Portugal



Em 30 de Maio último, no "Espaço Tejo", na antiga FIL em Alcântara, em Lisboa, e a 20 de Junho passado, no Auditório "E" do ISEP – Instituto Superior de Engenharia do Porto tiveram lugar actos comemorativos relativos ao 20.º aniversário da ANS. Foram dois eventos diferentes na forma e no conteúdo.

Em Lisboa realizou-se um jantar convívio em que, para além de inúmeros associados e familiares, honraram-nos com a sua presença solidária representações da ADFA – Associação dos Deficientes das Forças Armadas, CSA – Clube do Sargento da Armada, ASMIR – Associação dos Militares na Reserva e Reforma, AOFA – Associação dos Oficiais das Forças Armadas, APA – Associação dos Praças da Armada, A25A – Associação 25 de Abril, Comissão de Inquérito ao Incumprimento da Legalidade Democrática, APG – Associação dos Profissionais da Guarda (GNR), o "Board" da EUROMIL (que se reuniu propositadamente em Lisboa), e ainda representações das associações de militares de Espanha (AUME), da Grécia (SYSMED) e da Irlanda (PDFORRA) com quem a ANS tem uma parceria no âmbito dos estatutos da EUROMIL. Fizeram-se ainda representar o Grupo Parlamentar do PCP e os CEME e CEMFA através dos seus Sargentos-Mor. Contámos também com a presença do Juiz Conselheiro António Bernardo Colaço, amigo de longa data, e com o advogado Emanuel Pamplona que muito tem contribuído para o trabalho associativo. Da parte destas delegações e representações a ANS recebeu parabéns e simpáticas e solidárias palavras de reconhecimento pelo trabalho desenvolvido em prol



da Família Militar portuguesa e europeia. Este evento foi abrilhantado pelo Coro Polifónico do Clube do Sargento da Armada, superiormente dirigido pelo maestro Euclides Pio que, entre outras obras de índole popular ou mesmo passando pelos clássicos, presenteou e surpreendeu quem ali se encontrava com o lançamento público, em estreia mundial, do **Hino da ANS**, intitulado "*SARGENTO de PORTUGAL*", da autoria da poetisa Rosa Guerreiro Dias, com música do nosso camarada José Pereira e arranjos do maestro Euclides Pio.

No Porto o evento constou de uma sessão de debate sobre os problemas sócio-profissionais com que os Sargentos se debatem, nomeadamente nas áreas da saúde e carreiras. Fizeram-se representar o Comandante de Pessoal do Exército, através do seu Sargento-Mor e o Comandante da Zona Marítima do Norte, através do seu Segundo Comandante. Estiveram igualmente presentes representações do CSE – Clube de Sargentos do Exército e da ASPP/PSP – Associação Sindical dos Profissionais da Polícia (PSP). Estiveram presentes membros de várias unidades da região norte e dos vários Ramos das Forças Armadas.

Em ambos os eventos o presidente da Direcção da ANS, António Lima Coelho, realçou o trabalho, a dedicação e empenhamento de todos aqueles que com mais ou menos responsabilidades – dirigentes, delegados, activistas ou simples associados – têm levado por diante este projecto associativo, fazendo jus à divisa "Quão Difícil nos Temos Movido".

Acrecentou ainda Lima Coelho, "os dias de hoje não são nada fáceis em virtude dos problemas com que nos defrontamos, mas no passado também não o foram e soubemos sempre ultrapassar essas mesmas dificuldades, por isso também saberemos encontrar as soluções para os problemas do presente e do futuro e batermo-nos com afinco e dedicação por elas. Daqui a 20 anos cá estaremos porventura ainda mais fortes!" ▲



ADM - Assistência na Doença aos Militares

Permitam-me que faça um breve enquadramento sobre o que é a "Condição Militar", internacionalmente reconhecida, em países desenvolvidos ou não, em que submete o militar a exigências muito peculiares, que não são impostas, na sua totalidade, a nenhum outro servidor do Estado. De entre essas exigências vale a pena lembrar as seguintes:

- Risco de vida permanente;
- Sujeição a preceitos rígidos de disciplina e hierarquia;
- Dedicção exclusiva;
- Disponibilidade permanente;
- Mobilidade geográfica;
- Vigor físico;
- Formação específica e aperfeiçoamento constante;
- Proibição de participar em actividades partidárias;
- Proibição de sindicalizar-se e de participação em greves;
- Restrições de direitos constitucionalmente previstos;
- Vínculo com a profissão mesmo na inactividade.

E numa única alínea, a consagração daquilo que é dado em troca de todos aqueles deveres que acabei de referir, não em sinal de retribuição, mas como a implementação de um sistema mínimo de condições para que os militares possam assegurar a operacionalidade e cumprir:

Lei 11/89, de 1 de Junho, alínea i) - "Pela consagração de especiais direitos, compensações e regalias, designadamente nos campos da Segurança Social, assistência, remunerações, cobertura de riscos, carreira e formação".

Para além dos deveres estipulados na Lei de Bases do Estatuto da Condição Militar, estamos ainda sujeitos ao nível da "Saúde", a:

- Stress acumulado por situações de elevado risco, situações de tragédia, de catástrofe e de guerra, situações onde somos os primeiros, e por vezes os únicos a avançar;

- Esperança de vida reduzida devido à manipulação e operação de armas e equipamentos que funcionam com frequências prejudiciais e materiais radioactivos, para além de condições de habitabilidade, alimentação, salubridade e sanidade impróprias;

- Habitar e trabalhar anos consecutivos em espaços confinados como navios de superfície, submarinos, aeronaves, acampamentos e exercícios no terreno;

- Quase 40% das mortes por doença dos militares portugueses são devidas a doenças cancerosas, enquanto que, na população civil, este número é de 20%;

- Segundo os últimos dados do Instituto Nacional de Estatística, referentes a 1997 e 1998, dos 215 militares falecidos, 56 sucumbiram com tumo-



res malignos – número apenas ultrapassado pelas mortes por acidentes (66);

- Comparativamente com a população civil, os militares apresentam taxas de mortalidade três vezes superiores nos tumores das vias respiratórias (boca e faringe), aparelho respiratório e leucemia;

- Em 1998, morreram com leucemia dois militares com menos de 35 anos. Esta contabilidade engloba apenas os falecimentos de pessoas que, à data, exerciam funções nas Forças Armadas – ficando de fora os que adquiriram as doenças em serviço e faleceram depois;

- É exigência do RDM, no seu artigo 4.º, n.º 11, o seguinte: "Conservar-se pronto para o serviço evitando qualquer acto imprudente que possa prejudicar-lhe o vigor ou aptidão física ou intelectual".

Como se pode verificar os militares usufruem de um conjunto de deveres e riscos que advêm da sua condição militar e que a mais nenhuma profissão é exigido neste grau.

Assistência Médico-Hospitalar nas Forças Armadas

No tocante à Assistência Médico-Hospitalar, as Forças Armadas possuem um sistema de saúde que cumpre dois papéis:

1. Manter em actividade uma estrutura de paz que possa evoluir, com facilidade, para tempo de guerra;

2. Proporcionar assistência médica à família militar e às comunidades civis de regiões carentes.

A Saúde do militar é um bem nacional, de valor militar e imprescindível à operacionalidade das FA, é uma necessidade operacional. É devido a este facto que a manutenção da Saúde física e mental constitui um dever do militar, cuja falta é punível pelo Regulamento da Disciplina Militar como acabei de referir.

Foi esta necessidade operacional que conduziu a Instituição Militar a propor ao poder político, e este a anuir, ao longo dos anos os meios e as normas pelas quais se regiam os subsistemas de saúde militares.

Uma das vertentes deste bem nacional tem sido, e deverá continuar a ser, o acompanhamento e assistência médica àqueles que contraíram deficiência no cumprimento do serviço e das missões militares.

Contudo, entendeu este Governo, que os militares e suas famílias eram uns privilegiados relativamente aos demais cidadãos. Legislou e aprovou o Dec. Lei 167/2005 de 23 de Setembro, que nos equiparou à ADSE e ao Regime Geral dos Trabalhadores do Regime Privado.

De facto, camaradas, o que se passou com a ADM só é comparável com uma explosão que tudo destruiu. De uma penada o Governo acabou com as três ADM's que existiam criando uma grave lacuna na nossa assistência à doença como as que passo a enumerar:

- Passados dois anos ainda não se tinha criado um novo sistema de saúde que funcionasse;

- Neste período, o funcionamento

da ADM foi profundamente deficiente, perderam-se documentos com prejuízo directo dos beneficiários que nunca receberam nem receberão as comparticipações a que têm direito;

- A implementação dos Postos de Atendimento foi tardia e a aplicação informática sofria de graves problemas, não tendo inicialmente capacidade de resposta;

- Para além dos atrasos que se verificaram, muito para além do admissível, houve casos superiores a um ano e meio de espera pelo ressarcimento das comparticipações;

- O prejuízo evidente para os beneficiários, em sede de IRS, nas declarações referentes ao ano de 2007;

- A implementação de um desconto mensal que, inicialmente era de 1% da renumeração base e, passado um ano, com a publicação da Lei 53-D/2006 de 29 de Dezembro, passou a ser de 1,5%, abrangendo também os militares na situação de reforma. Na prática, o que se verifica é que são os militares a pagar do seu bolso a ADM, contrariando a alínea i) do Art.º 2.º e o n.º 2 do Art.º 15.º das Bases Gerais do Estatuto da Condição Militar, Lei n.º 11/89, de 1 de Junho, que vê na gratuidade desta assistência um dos especiais direitos, compensações e regalias, decorrentes da condição militar;

- A não comparticipação na totalidade dos medicamentos dos militares na situação de reforma e dos DFA's;

- O processo legislativo ainda não está concluído, o IASFA recebeu a ADM mas os seus Estatutos ainda não foram

alterados e o Regulamento Interno da ADM ainda não foi publicado;

- A obrigação legal dos cônjuges optarem ou não pela ADSE foi outro caso escandaloso em prejuízo da família militar. O prazo terminou em 25 de Janeiro de 2008 sem que houvesse informação indispensável para uma opção consciente. É o Governo, como em tantos outros casos, foi surdo e mudo aos reiterados alertas e apelos das Associações Socioprofissionais dos Militares.

- Os pensionistas beneficiários da ADM, cujo rendimento total anual não exceda 14 vezes a retribuição mínima mensal garantida (RMMG), foram prejudicados na atribuição do regime especial de comparticipação de medicamentos por parte do Estado, desde Julho de 2006 até à recente publicação da Portaria 650/2009 de 13 de Junho.

Foram elaborados pela ANS vários documentos de trabalho, com propostas para a constituição de um subsistema de saúde digno, eficiente, de qualidade

A Associação Nacional de Sargentos antevendo todo este cenário, mais uma vez tocou a reunir. Este sistema só foi assegurado porque a Família Militar se uniu e, por motivos de serviço e garantia da operacionalidade, exigiu a sua manutenção, em virtude deste Governo ter-nos entregue, logo em 2005, um pacote de projectos de lei onde figurava a integração dos militares no Regime Geral da Segurança Social, portanto, era essa a sua intenção.

Foi também graças às diversas formas de luta, umas mais visíveis que outras, durante o período de 2006 a 2008, que se conseguiu defender a manutenção da assistência na doença para os cônjuges.

Foram elaborados pela ANS vários documentos de trabalho, nomeadamente comunicados e memorandos, com propostas para a constituição de um subsistema de saúde digno, eficiente, de qualidade e mais económico para os militares e seus familiares, que foram enviados aos Chefes dos ramos, ao MDN e a outros órgãos de soberania. A propósito, recorde o publicado no editorial do IASFA, de 31 de Julho de 2008, o TGen Fialho da Rosa, presidente em exercício dizia o seguinte: *"Muito têm contribuído a tutela, os Ramos das Forças Armadas, com o envolvimento dos respectivos Chefes de Estado-Maior, as Associações de Militares e as críticas dos beneficiários que temos recebido"*.

A ANS, bem como as restantes APM, tiveram oportunidade de, a título de convidadas pelo presidente do Grupo de Trabalho da ADM (GT), participar nos seus trabalhos a partir da 6.ª reunião.

Não obstante isso, apresentaram muitas propostas que foram incluídas nas propostas finais do GT. De salientar que se conseguiu um feito digno de registo: os representantes dos Chefes de Estado-maior e das associações, em muitos casos constituíram uma frente comum na defesa dos interesses da Família Militar.

As propostas da ANS para o referido GT ADM foram as seguintes:

- Que a futura ADM seja constituída

sob a égide e dentro da orgânica do Ministério da tutela, na forma de uma Direcção da Saúde Militar – esta proposta tinha por objectivo evitar as fugas e desresponsabilização do poder político, imputando o ónus dos problemas previsíveis ao IASFA;

- Proteger o património do IASFA, constituído ao longo de gerações de militares, e agora em equilíbrio precário devido à gestão da ADM para o qual não estava, nem está vocacionado; por défice de verbas transferidas da tutela para o IASFA este poderá ter de alienar parte do seu património para suportar custos da ADM, colocando em risco a sua própria existência no futuro;

- Manter o funcionamento das extintas ADM até que a nova estrutura estivesse apta a receber gradualmente as competências das ADMA, ADME e ADMFA – muitos dos problemas que existiram e existem ainda hoje, nomeadamente do desaparecimento de documentos e de atraso injustificáveis no pagamento das comparticipações, devem-se precisamente a esta proposta não ter sido aceite.

Para além das propostas elencadas no referido GT, a ANS também continua a defender o seguinte:

- Um sistema eficaz de assistência na doença aos militares e seus familiares em todos os teatros e quadros de operações que garanta os níveis de robustez física, de estabilidade emocional e de concentração dos operacionais;

- O restabelecimento de convenções e protocolos que cubram o todo nacional, com especial ênfase nas zonas da província e Ilhas, mais afastadas dos estabelecimentos de saúde militar;

- Uma actualização autónoma das tabelas do regime livre e convencionado. É de salientar que, devido aos baixos valores pagos pelo regime convencionado, vários médicos e clínicas não têm demonstrado interesse em celebrar acordos com a ADM, nomeadamente na área da medicina dentária. A título de exemplo, por uma consulta de especialidade a ADM paga a entidade prestadora 14,47€ e o beneficiário 3,99€, totalizando 18,46€. Por estes valores como será a qualidade dos serviços prestados? Não obstante pela mesma consulta nos Centros de Saúde do SNS, Estabelecimentos do Serviço de Saúde Militar, nomeadamente os Postos Clínicos/Centros Médicos do IASFA, a ADM vai pagar 31,00€ e o beneficiário familiar a respectiva taxa moderadora de 2,20€, salvo as isenções previstas na lei, criando deste modo uma discriminação entre sector público e privado.

Apesar de tudo a ANS felicita o IASFA, em particular a ADM, pela disponibilização do site <http://adm.defesa.pt>, onde os beneficiários podem consultar vários tipos de informação como: tabelas de comparticipação (regime livre e convencionado), entidades convencionadas, histórico das comparticipações, etc.

Sinais de retrocesso

No entanto, vão surgindo sinais de retrocesso por parte deste Governo sobre esta problemática. No passado dia 18 de Junho foi publicada a lei

26/2009, que repõe o direito aos DFA's do ressarcimento por parte da ADM, a totalidade das importâncias suportadas com cuidados de saúde, desde que sejam prestados por estabelecimentos do Serviço de Saúde Militar, do Serviço Nacional de Saúde, por entidades prestadoras de cuidados de saúde com as quais exista acordo estabelecido e na assistência medicamentosa. Esta lei entrará em vigor com o Orçamento do Estado subsequente à sua aprovação.

Por conseguinte, não podemos baixar os braços, antes pelo contrário, temos que nos unir, lutar e não abdicar de um direito consagrado na lei de Bases Gerais do Estatuto da Condição Militar, até que esta se cumpra.

Contudo, não nos podemos distrair, temos todos que nos manter atentos na trincheira porque está em curso uma reestruturação da Saúde Militar, que passa pela extinção de Hospitais e Centros de Saúde Militares, que só não está já concluída devido à resistência e lutas das APM.

O Governo pretende adoptar um novo conceito de direito à Saúde por parte dos militares e dos seus familiares, que impõe que aos militares fora da efectividade de serviço e aos familiares só seja prestada assistência com a capacidade sobrança dos Hospitais Militares.

Verifica-se, porém, que a capacidade hoje instalada já é escassa para os militares na efectividade de serviço, pois mesmo estes já conhecem listas de espera de meses para consultas de espe-

cialidade.

Começam-se a somar os casos de camaradas que, sendo acompanhados pelos serviços dos hospitais militares, são transferidos para os hospitais civis a fim de os custos serem suportados pelo Serviço Nacional de Saúde, transferindo deste modo custos do MDN para o Ministério da Saúde, com claros prejuízos para a Família Militar.

Concluindo, é de referir que o poder político, nos últimos 32 anos, se tem esforçado para transformar todas as competências do Estado em "oportunidades de negócio", também em áreas do serviço público que as Forças Armadas prestam diariamente ao País e mesmo de áreas operacionais, como é o caso da Saúde e da Assistência Complementar Social – ao criarem dificuldades no acesso a estes serviços dentro da Instituição Militar, empurram os militares e as suas famílias para os braços dos privados.

A saúde dos militares e das suas famílias é um bem operacional, cuja degradação tem implicações a curto prazo no desempenho dos militares nas missões constitucionais que lhes são atribuídas.

Camaradas, é um imperativo manter a Família Militar coesa na Defesa da Saúde Militar! Só assim venceremos.

Vivam os Sargentos de Portugal
Viva a ANS

SarAj. José Mota

Intervenção na sessão comemorativa do 20.º aniversário da ANS, no Porto ▲



Audição na Assembleia da República



A ANS participou, no passado dia 14 de Julho, a convite do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português, numa audição que decorreu no auditório da Assembleia da República.

Esta audição teve por objectivo fazer o balanço crítico da actuação do Governo durante a presente legislatura na área da Defesa Nacional e das Forças Armadas, bem como fazer a auscultação sobre matérias que possam vir a integrar o programa eleitoral deste partido para as eleições legislativas que se irão realizar em 27 de Setembro.

Nesta iniciativa participaram igualmente outras associações e organizações de militares como a APA, ASMR, AOFA, ADFA, Liga dos Combatentes, Associação de Comandos e Associação de Fuzileiros, bem como cidadãos convidados a título individual.

A sessão foi presidida pelo Vice-presidente da Assembleia da República, De-

putado António Filipe e contou também com a presença de António Rodrigues, membro do Comité Central do PCP e responsável pelo Gabinete de Estudos da Defesa Nacional e Forças Armadas daquele partido.

A delegação da ANS composta pelos Vice-presidentes José Pereira (FAP) e Mário Ramos (EXE) e pelo Director do jornal "O Sargento", Álvaro Martins, teve a oportunidade de na sua intervenção explanar de forma resumida os problemas com que os Sargentos de Portugal se têm vindo a defrontar e que carecem de resolução por parte da tutela.

Na sua intervenção José Pereira referiu o balanço extremamente negativo que a ANS faz da actuação do actual Governo nas áreas da Defesa Nacional e das Forças Armadas ao considerar que este assumiu de corpo e alma o papel de "Comissão Liquidatária das Forças Armadas" juntando à já tradicional sub-

orçamentação, um ataque "por dentro" ao eliminar na quase totalidade as compensações decorrentes da Condição Militar, promovendo através dos Órgãos de Comunicação Social, uma campanha de denegrição dos militares enquanto detentores de grandes privilégios e simultaneamente afastando os jovens das Forças Armadas, comprometendo assim o seu rejuvenescimento.

Este dirigente referiu ainda que é intenção da ANS manter em agenda todos os problemas que afectam os Sargentos de Portugal e que são sobejamente conhecidos não só pela tutela, como por todos os Grupos Parlamentares e Órgãos de Soberania, e dos quais destacou:

- A necessidade do Governo cumprir a Lei e pagar a dívida crescente para com a Família Militar;
- Rever o regime de assistência médica e medicamentosa dos militares e suas famílias compaginando-o com o pre-

ceituado na Lei de Bases Gerais do Estatuto da Condição Militar;

- Criar um único regime de protecção social para efeitos de reforma igual para todos os militares e que não comporte perda de rendimento na transição da reserva para a reforma;

- Alteração das regras de passagem à reserva para 36 anos de serviço militar ou 55 anos de idade;

- Revisão do sistema de carreiras após resolução dos problemas de que enferma actualmente, abordando as várias vertentes de quadros orgânicos, funções, progressão, avaliação, formação, sistema remuneratório e apoio social e possibilitando a participação das associações representativas dos militares;

- Revisão do RDM;

- Discussão da proposta de amnistia para os militares envolvidos em procedimentos disciplinares relacionados com a actividade associativa. ▲

31 de Janeiro - Dia Nacional do Sargento



O Grupo Parlamentar do PCP apresentou um Projecto de Resolução que visa consagrar o dia 31 de Janeiro como DIA NACIONAL DO SARGENTO. Na nota justificativa desta iniciativa parlamentar o PCP afirma:

"Apesar de ter fracassado, esse movimento inseriu-se numa ampla onda de indignação social que varreu o país em protesto pela capitulação do governo monárquico perante as exigências do ultimatum inglês e representou a primeira expressão revolucionária do movimento republicano que sairia vitorioso quase duas décadas mais tarde, em 5 de Outubro de 1910.

O 31 de Janeiro de 1891 foi um movimento eminentemente popular que, segundo o historiador Joel Serrão "foi efectuada por sargentos e cabos e enquadrada e apoiada pelo povo anónimo das ruas e foi hostilizada ou minimizada pelos oficiais, pela alta burguesia e até pela maior parte da inteligência portuguesa.

Os Sargentos tiveram uma importância determinante na revolta de 31 de Janeiro. Entre os 22 condenados em conselho de guerra, 14 eram sargentos. Os sargentos Abílio, Galho e Rocha, ocupam um lugar de destaque entre os heróis da revolta republicana do Porto. Daí que para os sargentos portugueses, o 31 de Janeiro seja uma data com especial significado."

A mesma nota justificativa realça:

"Desde há vários anos, especialmente desde as comemorações do centenário do 31 de Janeiro que foi assinalado com uma sessão solene no Plenário da Assembleia da República, que a Associação Nacional de Sargentos tem vindo a apelar à Assembleia da República para que delibere consagrar o 31 de Janeiro como Dia Nacional do Sargento.

O PCP entende que a consagração desse Dia Nacional tem inteiro cabimento. Os sargentos de Portugal desempenharam um papel muito rele-

vante no funcionamento das Forças Armadas e cumprem o seu dever para com o país com honra e um empenho que é justo reconhecer.

A dignificação do estatuto dos sargentos, justamente exigida por estes, não se obtém meramente através de iniciativas simbólicas como a que se propõe. No entanto, a criação de uma Dia Nacional do Sargento, para além de exprimir o reconhecimento do Estado Português em relação ao labor destes cidadãos militares, representa também uma oportunidade para que, em cada ano, seja consagrada uma data especialmente dedicada à reflexão e ao debate sobre a condição dos sargentos e a sua dignificação." ▲

Direcção da EUROMIL reuniu em Lisboa com intensa agenda de trabalhos

Euromil em Lisboa

Por proposta do representante da ANS na Direcção da EUROMIL, a última reunião de Direcção desta organização europeia, antes do período de férias, teve lugar em Lisboa, entre os dias 28 e 30 de Maio, tornando assim possível a presença destes militares de toda a Europa nos eventos comemorativos do vigésimo aniversário da ANS.

A comitiva da EUROMIL integrou todos os elementos que compõem a Direcção, excepto o representante húngaro que por razões profissionais inadiáveis não pôde estar presente, para além do secretário-geral e de um dos elementos do staff da sede em Bruxelas.

A chegada da maioria destes elementos a Lisboa decorreu ao longo do dia 27 de Maio. A manhã do dia seguinte começou com uma reunião seguida de almoço entre elementos das ANS, AOFA e APA, o presidente e o secretário-geral da EUROMIL e a euro-deputada Ana Gomes. Ao início da tarde participaram num evento sobre "Higiene e Segurança no Trabalho", promovido pela AOFA, no auditório das instalações do IASFA, em Oeiras.

Ao fim da tarde, o presidente e o secretário-geral da EUROMIL, os presidentes das ANS e APA e o vice-presidente da AOFA, foram recebidos em audiência pelo presidente da Comissão de Defesa Nacional, Dr. Júlio Miranda Calha, acompanhado por deputados de todos os grupos parlamentares representados naquela comissão da Assembleia da República, onde Emmanuel Jacob e Mikko Harjulehto tiveram a possibilidade de expressar as preocupações pela situação vivida em Portugal e, ao mesmo tempo, apresentar uma perspectiva sobre os efeitos positivos e construtivos que se reflectem nas forças armadas dos países em que o associativismo militar é reconhecido, respeitado e chamado a participar efectivamente na construção de umas forças armadas modernas, conscientes das exigências actuais. O dia terminou na unidade hoteleira em que decorreram as reuniões da Direcção, com um jantar de trabalho oferecido pela EUROMIL aos presidentes das associações profissionais de militares portugueses, ASMIR, ANS, AOFA e APA.

Na sexta-feira, ao início da manhã, os elementos da Direcção da EUROMIL foram recebidos pelos responsáveis do JALLC – Joint Analysis Lessons Learned Center, sedado em Monsanto, nas instalações do Comando Operacional da Força Aérea. Foi apresentado um "briefing" sobre as actividades e razão de ser deste centro NATO e, por sua vez, a EUROMIL fez uma apresentação dos seus objectivos, preocupações e modos de actuar. Foi entregue aos dirigentes do JALLC um exemplar do relatório do III Congresso da EUROMIL.



A delegação da EUROMIL almoçou na messe de Sargentos do COFA, o que permitiu uma salutar e enriquecedora troca de impressões e experiências com os Sargentos daquele Comando, tendo sido referida a forma exemplar como foram recebidos pelos representantes da categoria.

Durante a tarde e princípio da noite de sexta-feira e durante a manhã de sábado decorreram as reuniões da Direcção da EUROMIL, na unidade hoteleira em que ficaram instalados.

No sábado à noite, conforme notícia do noutro página deste jornal, os elementos da Direcção da EUROMIL per-

sonificaram a solidariedade europeia, sem fronteiras, para com os Sargentos de Portugal, durante o evento comemorativo do 20.º aniversário da ANS. No Domingo, ao longo do dia, regressaram aos seus países de origem, Bélgica, Alemanha, Irlanda, Finlândia, Polónia, Holanda, Dinamarca. ▲

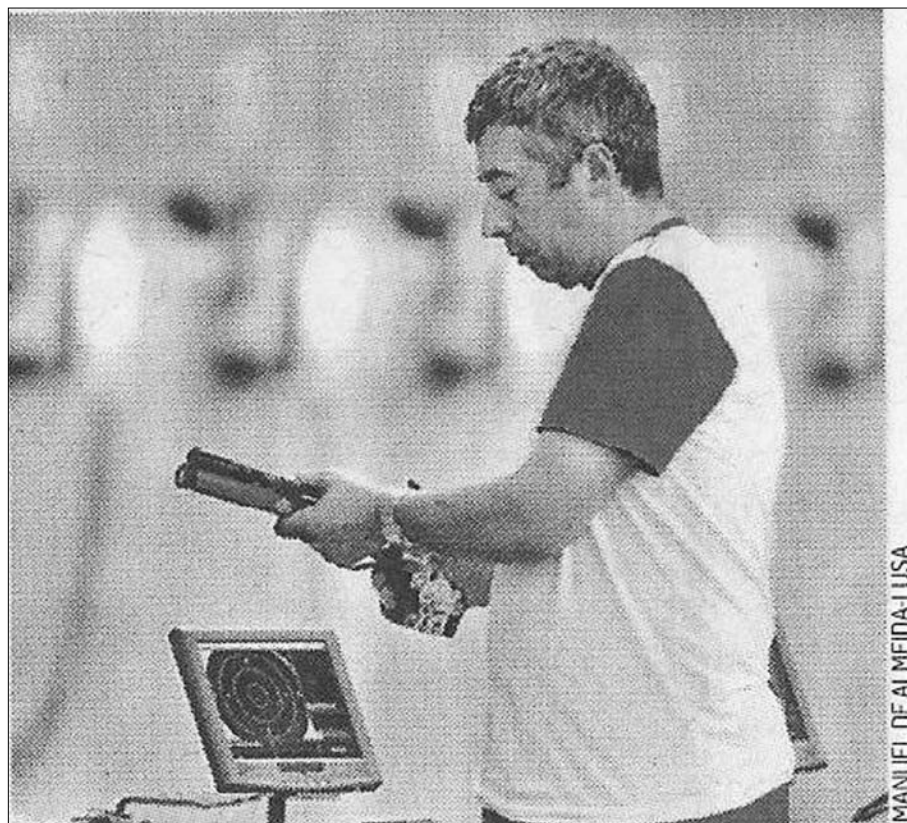
Sargento português campeão europeu de tiro

O Sargento-Ajudante João Costa conquistou a medalha de ouro em pistola livre a 50 metros no Campeonato da Europa, que decorreu em Osijek, na Croácia. Com um total de 565 pontos, o militar português, também atirador olímpico, bateu o alemão Hans Joerg Meyer, segundo classificado.

Entretanto, no decurso do mesmo campeonato, este nosso camarada obteve ainda a medalha de bronze na prova de pistola de percussão.

O Sargento-Ajudante João Costa é militar da Força Aérea Portuguesa, Mecânico de Electricidade de Avião, e presta serviço na Base Aérea n.º 5, em Monte Real.

A Direcção de "O Sargento" saúda o sargento português que, mais uma vez, tão bem elevou o nome de Portugal, das Forças Armadas e dos Sargentos de Portugal. ▲



MANUEL DE ALMEIDA LUSA

Foto DN - 18JUL09

Actividade ASSOCIATIVA

Num quadro de continuado ataque às condições de vida da Família Militar e à própria Condição Militar, a ANS tem efectuado um grande esforço para resistir a esta investida de modo a que se consiga sustentar a degradação que tal ataque inevitavelmente trará.

Dessa intensa actividade damos conta neste resumo que apresentamos aos nossos leitores. Mesmo sem ser uma descrição exaustiva dá bem a ideia da intensidade da luta que travamos. Nesta descrição não se encontram contudo referenciadas as reuniões de Direcção, de Secretariado, de Comissões Permanentes de Ramo que também se vão realizando e que são fundamentais ao bom funcionamento da nossa associação.

No ano em que, associativamente, comemoramos vinte anos de existência e em que por coincidência se realizam três actos eleitorais, mais do que nunca se torna necessário que os Sargentos de Portugal, conscientes da sua condição de cidadania, tomem posição e não permitam que se degrade mais a sua já tão depauperada condição.

Porque resistir é já em si uma vitória, passamos a enunciar alguns aspectos desta intensa actividade:

09MAR – Congresso da EURO-COP em Lisboa. Convite da APG. ANS representada por L.Coelho;

13MAR – Reunião da Comissão Promotora das Comemorações do 25 de Abril, da zona Oriental de Lisboa. ANS representada por L.Coelho;

18MAR – Cerimónia conjunta com o CSA de recepção aos novos Sargentos da Armada. ANS representada por L.Coelho, J.Pereira e F.Castro;

22MAR – Cerimónia de aniversário da APVG em Braga. Delegação da ANS composta por J.Mota e Saqueiro da Silva;

23MAR – Reunião da Comissão Executiva do Congresso dos Combatentes. ANS representada por L.Coelho;

24MAR – Numa iniciativa da ANS, cerimónia de apresentação pública do projecto de AMNISTIA, na Casa do Alentejo, em Lisboa;

26 e 27MAR – Reunião da Direcção da EUROMIL em Bona, Alemanha. ANS representada por L.Coelho;

30MAR – Reunião entre associações e clubes para as comemorações do 25 de Abril, na sede do CPA, na Cova da Piedade. ANS representada por L.Coelho;

31MAR – Manifestação das Forças e Serviços de Segurança, nos Restauradores, em Lisboa. Delegação da ANS composta por L.Coelho, P.Contreiras e A.Martins;

02ABR – Jantar na sede do CSA em Lisboa, em solidariedade com o pessoal demorado na promoção.

03ABR – Reunião da Comissão Promotora das Comemorações do 25 de Abril, da zona oriental de Lisboa. ANS representada por L.Coelho;

06ABR – Reunião na Delegação

n.º 1 do CSA, no Feijó, com dirigentes e responsáveis do Coro Polifónico;

07ABR – Reunião da Comissão Executiva do Congresso dos Combatentes. ANS representada por L.Coelho;

08ABR – Reunião no NOVO-TEL, preparatória da vinda da EUROMIL a Lisboa. ANS representada por L.Coelho;

13ABR – Reunião no Hotel Mercure, preparatória da vinda da EUROMIL a Lisboa. ANS representada por L.Coelho;

15ABR – Assembleia-Geral de Apresentação de Contas e Plano, na sede da ANS, em Lisboa;

16ABR – Audiência na AR com o Grupo Parlamentar do CDS/PP – Delegação da ANS composta por D.Pereira, J.Castro e R.Carvalho;

16, 17 e 18ABR – 99.º Presidium da EUROMIL em Berlim, Alemanha. Delegação da ANS composta por L.Coelho e P.Contreiras;

18ABR – Cerimónias do Dia do Combatente e Homenagem ao Soldado Desconhecido, realizadas pela Liga de Combatentes no Mosteiro da Batalha. ANS representada por R.Castanheira e Elisabete Dinis;

21ABR – Reunião dos Órgãos Sociais da ANS na sede do CSA, em Lisboa, para apresentação do programa de treino e recrutamento da EUROMIL. Apresentação a cargo de P.Contreiras, L.Bugalhão e M.Ramos;

22ABR – Palestra/Debate sobre o 25 de Abril, na Escola Secundária de Alcochete. ANS representada por D.Pereira;

24ABR – Comemorações do 25 de Abril da Zona Oriental de Lisboa. ANS inaugurou exposição do 20.º aniversário;

25ABR – ANS, conjuntamente com a AOFA e APA, integradas no desfile popular comemorativo do 25 de Abril, na Avenida da Liberdade, em Lisboa;

26ABR – Almoço Comemorativo do 25 de Abril, na Costa da Caparica, organizado por Clubes e Associações Militares;

27ABR – Reunião da Comissão Executiva do Congresso dos Combatentes. ANS representada por L.Coelho;

27ABR – Audiência na AR com o Grupo Parlamentar do PCP. Delegação da ANS composta por L.Coelho, D.Pereira e J.Pereira;

04MAI – Jornada de Reflexão, com falta ao almoço, promovida pela ANS, em protesto pelas alterações ao RDM;

05MAI – Reunião da Comissão Promotora das Comemorações do 10 de Junho. ANS representada por L.Coelho;

05MAI – Reunião da Comissão Executiva do Congresso dos Combatentes. ANS representada por L.Coelho;

05MAI – Cerimónia comemorativa do 25.º aniversário da Delegação n.º 1 do CSA, no Feijó. ANS representada por J.Pereira;

05MAI – Reunião de delegados da região do Entroncamento, na Junta de Freguesia da Moita do Norte. ANS representada por L.Coelho, D.Pereira, M.Pereira,



Delegação da Euromil

J.Pinto Silva e F.Silva;

06MAI – Entrega na Residência Oficial do Primeiro-ministro de um Parecer da ANS relativo ao RDM. Delegação da ANS composta por L.Coelho, D.Pereira e A.Martins;

11MAI – Reunião da Comissão Executiva do Congresso dos Combatentes. ANS representada por L.Coelho;

13MAI – Audiência na AR com o Grupo Parlamentar do PSD. Delegação da ANS composta por L.Coelho, D.Pereira e R.Carvalho;

13MAI – Visita ao "Espaço Tejo", em Alcântara, no âmbito das comemorações do 20.º aniversário da ANS;

14MAI – Sessão Solene comemorativa do 35.º aniversário da ADFA, na sede nacional, em Lisboa. ANS representada por D.Pereira;

16MAI – Almoço convívio comemorativo do 35.º aniversário da ADFA, na Expocentro, em Pombal. ANS representada por L.Coelho;

16MAI – Operação "Marcar Passo no Posto, Não!" na Praça da República, em Tomar.

18MAI – Reunião na EPT, Porto, preparatória das comemorações do 20.º aniversário da ANS a realizar na Região Norte. ANS representada por L.Coelho, J. P. Leitão, A.Nabais e A.Guedes;

21MAI – Audiência na AR com o Grupo Parlamentar do BE. Delegação da ANS composta por L.Coelho e D.Pereira;

21MAI – Manifestação em Lisboa dos Sindicatos e Associações de Polícia. Delegação da ANS composta por L.Coelho, D.Pereira e A.Martins;

22MAI – Seminário organizado pelo PCP sobre a situação militar na Europa e a relação com a NATO. ANS representada por L.Coelho;

23MAI – Cerimónia comemorativa do 18.º aniversário da AS-PPM, na Costa da Caparica. ANS representada por L.Bugalhão;

25MAI – Reunião da Comissão Executiva do Congresso dos Combatentes. ANS representada por L.Coelho;

28MAI – Almoço de Trabalho com a eurodeputada Ana Gomes, dirigentes da EUROMIL e dirigentes das associações nacionais. ANS representada por L.Coelho;

28MAI – Iniciativa sobre Higiene e Segurança no Trabalho organizada pela AOFA, no Auditório do IASFA, em Oeiras. ANS representada por L.Coelho, J.Pereira, J.Gonçalves e F.Castro;

28MAI – Audiência na AR com a Comissão de Defesa Nacional, com dirigentes da EUROMIL e representantes das ANS, AOFA e APA. ANS representada por L.Coelho;

28MAI – Jantar de trabalho entre os dirigentes da EUROMIL presentes em Lisboa e os presidentes das ASMIR, ANS, AOFA e APA. ANS representada por L.Coelho;

29MAI – Reunião no JALLC, em Monsanto, Lisboa com os elementos da Direcção da EUROMIL. ANS representada por L.Coelho;

29MAI – Reunião de Direcção da EUROMIL em Lisboa. ANS representada por L.Coelho;

29MAI – Reunião da Comissão Executiva do Congresso dos Combatentes. ANS representada por A.Martins;

30MAI – Continuação da reunião de Direcção da EUROMIL em Lisboa. ANS representada por L.Coelho;

30MAI – Cerimónia Comemorativa do 20.º aniversário da ANS no "Espaço Tejo", em Alcântara, Lisboa;

02JUN – Reunião conjunta entre ANS, AOFA e APA na sede da AOFA, em Oeiras. ANS representada por L.Coelho e D.Pereira;

08JUN – Entrega de Dossier sobre o RDM na Residência Militar da Presidência da República em iniciativa das ANS, AOFA e APA. ANS representada por L.Coelho e M.Ramos;

09JUN – Reunião da Comissão Executiva do Congresso dos Combatentes, seguida de Conferência de Imprensa, no Fórum Lisboa. ANS representada por L.Coelho;

10JUN – Cerimónia evocativa do 10 de Junho e Homenagem aos Mortos, em Belém, Lisboa. ANS representada por L.Coelho;

10JUN – Porto de Honra no Forte do Bom Sucesso, em Belém, como abertura do Congresso dos Combatentes. ANS representada por L.Coelho;

11JUN – Congresso dos Combatentes, no Fórum Lisboa. Delegação da ANS composta por L.Coelho, J.Pereira e A.Martins;

20JUN – Cerimónia comemorativa do 20.º aniversário da ANS no Auditório do ISEP, no Porto;

24JUN – Jornada de Reflexão, com falta ao almoço, promovida pela ANS, em protesto pelas alterações ao RDM e a falta de perspectiva nas Carreiras Militar e Retributiva;

26JUN – Reunião de Delegados da ANS do Núcleo de Monte Real. ANS representada por L.Coelho e R.Castanheira;

01JUL – Deslocação ao Campo Militar de Santa Margarida. Delegação da ANS composta por L.Coelho, D.Pereira, J.Pereira, M.Ramos e M.Pereira;

01JUL – Reunião no Entroncamento com delegados e associados locais. ANS representada por L.Coelho, D.Pereira, J.Pereira, M.Ramos, M.Pereira e J.P.Silva;

02JUL – Reunião de balanço e perspectivas sobre o Congresso dos Combatentes. ANS representada por L.Coelho;

03JUL – Reunião conjunta entre ANS, AOFA e APA na sede da ANS, em Lisboa. ANS representada por L.Coelho e A.Martins;

13JUL – Entrega de um documento "Por Carreiras Dignas e Dignificantes" no gabinete do MDN. Delegação da ANS composta por L.Coelho e D.Pereira;

14JUL – Convite para a "Audição sobre políticas relacionadas com a Defesa Nacional", realizada pelo Grupo Parlamentar do PCP, no Auditório da Assembleia da República. ANS representada por J.Pereira, M.Ramos e A.Martins;

17JUL – Audiência na AR com o Grupo Parlamentar do PEV. Delegação da ANS composta por L.Coelho, D.Pereira e F.Castro;

17JUL – Conferência de Imprensa conjunta ANS, AOFA e APA, realizada na sede da ADFA, em Lisboa;

23JUL – Reunião de Sargentos da área metropolitana de Lisboa, na Voz do Operário;

24JUL – Cerimónia comemorativa do Dia do IASFA realizada no CAS-Runa. ANS representada por L.Coelho;

27JUL – Reunião no Ministério da Defesa com o DGPRM. Delegação da ANS composta por L.Coelho, D.Pereira, J.Pereira e M.Ramos.

No momento em que se prepara mais um número do jornal "O Sargento", estão em preparação reuniões com diversas entidades com o objectivo de alargar a frente de defesa dos nossos direitos. Destas iniciativas vos daremos conta em próximo número do nosso jornal.

Entretanto, a direcção de "O Sargento" apela aos Sargentos de Portugal e respectivas famílias para que não se coíbam de exercer os seus direitos de cidadania e que, com consciência crítica, penalizem aqueles que há mais de três décadas vêm paulatinamente deteriorando as condições de vida das nossas famílias. ▲

Os lucros da banca

A Associação Portuguesa de Bancos divulgou em Março no seu "site" os resultados da banca relativos ao ano 2008. E contrariamente àquilo que os media têm pretendido fazer crer, apesar da grave crise actual,

mente aos lucros que obteve em 2008, cerca de 625 milhões de euros, ou seja, mais 318 milhões daquilo que vai pagar ao Estado. E isto apesar das sucessivas promessas de Sócrates e do seu ministro das Finanças, Teixeira dos Santos,

tam continua a diminuir. Em 2007, os Custos com Pessoal representavam 30,4% do Produto Bancário e 38,1% do VAB do sector; e, em 2008, diminuiu, respectivamente, para 27,6% e 34,1%. E tenha-se presente que nos "Custos com

QUADRO I – Os lucros dos bancos e os impostos pagos ao Estado

RUBRICAS	2007 Milhões euros	2008 Milhões euros
RESULTADOS ANTES DOS IMPOSTOS (RAI)	2.844	2.359
Impostos sobre lucros	388	307
TAXA DE IMPOSTO	13,6%	13,0%

Fonte: Síntese de 2008 - Associação Portuguesa de Bancos

os resultados da banca em 2008 foram elevados. Pelo contrário, a taxa de imposto efectiva sobre os lucros paga pela banca continua a descer, sendo muito inferior à taxa legal de IRC, o que contribuiu também para a forte quebra

de que a banca iria passar a pagar uma taxa impostos sobre lucros correspondente à taxa legal de IRC, que é de 25%, mais a taxa para as autarquias constante da lei. Mais uma promessa que continua por cumprir.

Pessoal" estão incluídos as elevadíssimas remunerações pagas aos administradores e outras despesas, como transportes, etc.

Se a análise for feita por empregado conclui-se que tanto o Produto Bancário como o

QUADRO II – Parcela da riqueza criada anualmente pela banca em Portugal revertida para os trabalhadores sob forma a forma de remunerações

RUBRICAS	2007 Milhões euros	2008 Milhões euros
PRODUTO BANCÁRIO DE EXPLORAÇÃO	9.559	10.465
VAB	7.619	8.453
Custos com pessoal	2.902	2.886
% Custos com Pessoal / Produto Bancário	30,4%	27,6%
% Custos com Pessoal / VAB	38,1%	34,1%

Fonte: Síntese de 2008 - Associação Portuguesa de Bancos

nas receitas do Estado, como revela o quadro I construído com os dados divulgados pela Associação de Bancos.

Os resultados antes de impostos (RAI) obtidos pela banca em Portugal atingiram, em 2008, cerca de 2.359 milhões de euros. Se calcularmos a taxa de imposto sobre lucros paga ao Estado obtém-se para 2008 um valor, 13%, que é inferior ao valor de 2007, que foi 13,6%. Portanto, a banca continua a conseguir reduzir os impostos que paga à custa dos elevados benefícios que con-

A PARTE DA RIQUEZA CRIADA OU APROPRIADA PELA BANCA QUE VAI PARA OS TRABALHADORES SOB A FORMA DE REMUNERAÇÕES CONTINUA A DIMINUIR

O quadro seguinte, construído também com dados divulgados pela Associação Portuguesa de Bancos, mostra que a parte da riqueza criada ou apropriada pela banca que reverte para os trabalhadores, sob de remunerações, continua a diminuir.

Portanto, se compararmos

VAB por empregado têm aumentado, enquanto os Custos de Pessoal por empregado têm diminuído.

De acordo com os dados da Associação dos Bancos, entre 2007 e 2008, o Produto bancário por empregado aumentou 5,8%, o VAB por empregado subiu 7,2%, mas os Custos com Pessoal por empregado diminuíram em -3,9%. O que beneficia a entidade patronal aumentou, mas o que podia beneficiar os trabalhadores diminuiu.

EM 2009 O O DÉFICE PODERÁ

QUADRO III – Produto bancário, VAB e Custos de pessoal por empregado

RUBRICAS	2007	2008	Varição 07-08
Produto Bancário Exploração - Milhões €	9.559	10.465	9,5%
VAB - milhões euros	7.619	8.453	10,9%
Custos Pessoal – Milhões euros	2.902	2.886	-0,6%
Nº empregados	52.378	54.189	3,5%
Produto Bancário Exploração/Emplegado €	182.500	193.120	5,8%
VAB /Emplegado – euros	145.462	155.991	7,2%
Custos Pessoal/Emplegado - euros	55.405	53.258	-3,9%

Fonte: Síntese de 2008 - Associação Portuguesa de Bancos

tinua a ter, contribuindo assim para a redução que se verifica actualmente nas receitas fiscais. Se a banca pagasse, pelo menos, a taxa legal de imposto sobre lucros (25% de IRC + 1,5% de derrama para as autarquias), a banca teria de pagar, relativa-

os Custos com Pessoal quer com o Produto Bancário de Exploração, quer com o VAB do sector (Produto Bancário de Exploração menos Gastos Gerais Administrativos), a conclusão que se tira é a mesma: a percentagem que os Custos com Pessoal represen-

ULTRAPASSAR OS 5% DO PIB, MAS SÓCRATES CONTINUA A DISTRIBUIR MILHÕES EUROS "NEGOCIANDO" APENAS COM OS PATRÕES

O Ministério das Finanças e da Administração Pública divulgou o seu Boletim infor-



mativo sobre a execução do Orçamento do Estado no período de Janeiro a Fevereiro de 2009. E como revela o quadro III, construído com os dados desse boletim, as receitas fiscais cobradas no

período Janeiro/Fevereiro de 2009, são inferiores às de 2008 no mesmo período e, consequentemente, ao valor previsto no OE2009, que é superior ao de 2008. ▲

ATENÇÃO SÓCIOS DA ANS

Lista das empresas com as quais a ANS tem protocolos

Videoclube

■ **CINETEKA.COM**
Parque das Nações, Av. do Mediterrâneo, Lt. 1.02.1.1-E
1990-155 Lisboa

Escapes para Automóveis

■ **ENTOESCAPES, LDA**
Zona Industrial do Entroncamento, EN 3
2330-909 Entroncamento

Acessórios para Automóveis

■ **GRACIAUTO**
Rua D. Nuno Álvares Pereira e Luís Falcão de Sommer, 30-A (Gaveto)
2330-141 Entroncamento

Aventuras Submersas

■ **HALIOTIS**
AV. Monsenhor Manuel Bastos, Hotel Praia Norte
2520-206 Peniche

Psicólogo

■ José de Oliveira Fernandes Gonçalves
Rua João Pinto Ribeiro, Lt. 2-10.º C
1800-233 Lisboa

Centro Médico Dentário

■ **LUBIDENTE**
Rua Professor Noronha Feio, 12-A
2795 Queijas

Gabinete de Psicologia e Apoio Educativo

■ **QUERER SORRIR**
Rua Júlio Lourenço Pinto, 176 J
4150-004 Porto

Pneus para Automóveis

■ **SULPNEUS**
Rua Álvaro Ferreira, 7 Zona Industrial St. Marta do Pinhal
2855-591 Corroios

Informa-te junto da ANS ▲

Congresso dos Combatentes

A condição de "combatente" deveria ser reconhecida pelo Estado

Decorreu, nos dias 10 e 11 de Junho, o Congresso dos Combatentes sob o lema "Pelo Reconhecimento e Dignificação dos que Serviram e Servem nas Forças Armadas".

No dia 10 de Junho, pelas 18h30, no Forte do Bom Sucesso, em Belém, teve lugar um "Porto de Honra" que assinalou a abertura do Congresso.

No dia 11 de Junho, no Fórum Lisboa (o antigo Cinema Roma transformado em espaço onde têm lugar as Assembleias Municipais de Lisboa), a partir das 09h30 decorreram os trabalhos até cerca das 19h00.

O Congresso teve a participação de vinte associações de militares e de ex-combatentes, desenvolvendo-se em três painéis específicos, Cidadania e Defesa, Apoio à Saúde e Apoio Social, sendo de destacar em cada um dos painéis o seguinte:

1.º Painel - Cidadania e Defesa

Foi consensual entre as associações participantes que a Defesa continua a ser um imperativo nacional, e que constitui direito e dever de todos os cidadãos. Nesse sentido apontam as leis fundamentais do País, nomeadamente as Constituições de 1933 e 1976, para referir apenas as últimas, e legislação enquadrante de toda a estrutura militar.

Assim, a prestação do serviço militar, qualquer que seja a forma que possa revestir, tem que ser entendida como uma manifestação de cidadania plena, e é nessa perspectiva que deve ser mais difundida entre a população, em especial entre os jovens em idade escolar.

A constatação desta convergência de princípios em dois regimes diferentes demonstra que a Defesa Nacional não é uma questão de governo, nem sequer de regime político, mas um assunto de Estado, de que é o último garante, e componente essencial da sua política externa, da paz interna e do progresso harmonioso dos portugueses.

Sendo direito e dever de todos, também ao longo dos tempos se consignou o princípio do não prejuízo em consequência do cumprimento do dever militar, pela sua indispensabilidade, pelos valores absolutos que garante, e pela especificidade, sacrifícios e perigos inerentes à sua prestação.

Sendo, como foi atrás dito, uma manifestação de cidadania plena, em que se combinam direito e dever, não podem os elementos das Forças Armadas

ser diminuídos nos seus direitos, ainda que, voluntariamente ou não, tenham sido despojados de alguns deles em nome de um colectivo que a sua especificidade impõe. Compete à entidade que servem, ou seja, ao Estado, compensar e tutelar os direitos cedidos, sob pena de ver atribuir aos seus agentes, porventura mais esforçados, um estatuto de cidadãos diminuídos.

O direito de associação é agora reconhecido a todos os militares, mesmo que no activo, e não pode deixar de ser considerado como uma mais-valia para garantir a plenitude da cidadania, e mesmo como um natural auxiliar do Comando, entendido na sua forma clássica de audição dos subalternos, o que as Associações Sócio Profissionais de militares consideram nem sempre ter sido respeitado.

Foi também considerado importante a preservação da memória, não só através da actividade das associações e de programas de ensino, mas também do cuidado posto nos símbolos, monumentos e cemitérios, testemunhos perenes do nosso passado, recente ou antigo, a que os combatentes não renunciam, mas antes reclamam e dele se orgulham.

2.º Painel - Apoio à Saúde

Os militares ao serviço activo dispõem naturalmente de um Serviço de Saúde que procura mantê-los nas melhores condições físicas e psíquicas, logo aptos ao desempenho das suas missões. Não se trata aqui de um serviço de apoio médico-social, mas de uma garantia de sucesso. Apesar das duras condições de campanha, este preceito deve manter-se, e tem sido mantido nos actuais destacamentos de forças para o estrangeiro.

E a manutenção da boa forma física e mental do combatente pressupõe a garantia do apoio à retaguarda, ou seja, às famílias dos destacados, não como uma benesse, mas como mais um requisito de eficácia.

Já quanto ao pessoal que deixou as fileiras, o apoio tem diversas vertentes. Aqueles que deixaram o serviço sem sequelas aparentes deixam naturalmente também de ter esse apoio.

Os problemas surgem quando mais tarde (por vezes muitos anos mais tarde) surgem as sequelas do serviço. E aqui há que partir de uma constatação básica: quem prestou o serviço militar fê-lo por ter sido julgado apto por uma Junta Médica, logo deve ser considerado saudável à data da incorporação.



É facto estatisticamente comprovado que os antigos combatentes tendem a ter menor esperança de vida, devido às condições extremas a que foram submetidos. No caso dos combatentes de África, há ainda o clima duro e as doenças tropicais a juntar às situações de combate, isolamento e carências de vária ordem.

A necessidade de apoio na doença aos militares não se limita aos cuidados no sentido de os manter prontos para o serviço. Todo o conjunto de doenças naturalmente surgidas, não relacionadas com o serviço, carece de tratamento, o que tinha vindo a ser feito pelas ADM's, e agora pela ADM única, que se pretende convergente com a ADSE. Só que isso redundou num alinhamento por baixo nas participações, e as restrições de acesso aos familiares que mais não são que perdas de direitos. Ora, a ADM constitui um requisito de eficácia no apoio sanitário aos militares e famílias, intimamente ligado à sua operacionalidade, e não uma benesse, e ainda menos um privilégio.

3.º Painel - Apoio Social

Se nos tempos actuais há alguma preocupação com o acompanhamento psicológico do pessoal antes, durante e depois da exposição aos factores extremos das missões em ambiente hostil, esses cuidados eram inexistentes durante o período da Guerra Colonial, ou do Ultramar.

Nesse período, o pessoal desmobilizado era deixado por conta própria, e a desvalorização do seu esforço, bem como o esquecimento a que foram votados após o fim da guerra, contribuíram para fenómenos de desajustamento que tendem a agravar-se com o tempo.

Em consequência, uma boa parte (pelo menos 10%) dos sem abrigo são antigos combatentes, que tiveram a sua vida familiar, profissional e social destruída pela inadaptação ao modo de vida tradicional.

A constatação desta realidade deveria ser suficiente para considerar os

antigos combatentes como um grupo específico, ou mesmo um grupo de risco, quanto a desajustamentos sociais decorrentes das suas experiências anteriores, pelo que a condição de "combatente" deveria ser reconhecida pelo Estado.

Entre nós foi sempre considerado como tempo de serviço o período de permanência nas fileiras, feitos os respectivos descontos; nem outra coisa poderia ser, dado o princípio já enunciado de não prejuízo por virtude da prestação do serviço militar.

Mas as condições em que este serviço é prestado são também origem de bonificação em função da periculosidade e do afastamento, o que vem a dar aumentos de 20, 50 ou 100% do tempo de serviço.

Simplemente, se para a Função Pública estas bonificações sempre foram consideradas, para o sector privado (a que pertence a maioria dos antigos combatentes) só foram reconhecidas a partir de 1997, e com o ónus de os descontos serem feitos com base num vencimento sempre posterior a essa data (o que representa um fim de carreira) e não na data que seria normal, como na Função Pública (ou seja, num princípio de carreira).

Assim, o Estado não só manteve uma situação de desigualdade dos cidadãos perante a Lei, em flagrante contradição com o preceito constitucional, como se recusou a suportar o ónus desta discriminação, remetendo para os cidadãos as custas de um direito que lhes tinha sido negado.

A passagem às situações de Reforma, de Pensionista ou de Aposentação não pode ser o quebrar do vínculo com o universo militar, havendo que salvaguardar que a especificidade se mantenha para além do serviço activo, qualquer que seja a forma que este revista.

Finalmente, há que criar sinergias para, em conjunto com outras entidades, garantir aos combatentes o direito à velhice que conquistaram com sangue, suor e lágrimas. ▲